



"Saúde é a capacidade de lutar contra aquilo que nos oprime": a práxis agroecológica do plantio solidário e seus impactos na saúde
"Health is the ability to fight against what oppresses us": the Agroecological praxis of Solidarity Planting and its impacts on Health

SCOTT, Andressa Camila Lenz¹; DIAS, Thamara Barbosa Teixeira²; ALMEIDA JÚNIOR, Almir de³

¹MST, acs.lens@gmail.com; ² MST,thamaradias84@yahoo.com.br; ³MST, junioralmir524@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma experiência exitosa que acontece na Zona da Mata Mineira, iniciativa do MST com diversas organizações populares da região, o Plantio Solidário. Com mais de um ano de prática já é possível descrever os impactos causados em voluntários e militantes, que passam do objetivo inicial de combater a insegurança alimentar e perpassam outros campos da vida, como a saúde. Utilizando a agroecologia como método de trabalho é possível direcionar a práxis de forma crítica em direção a luta de uma saúde integral do povo.

Palavras-Chave: agroecologia; MST; territórios; cooperação; saberes populares.

Contexto

Em momentos de crise estrutural do capitalismo, nos quais este modo de produção busca avidamente se reestruturar e prevalecer com violência sobre outros mundos possíveis, são muitos os desafios impostos aos povos da terra. Movimentos sociais camponeses, indígenas, e quilombolas seguem travando lutas frontais contra a hegemonia do capitalismo, que se sustenta a partir da exploração das forças da natureza e do trabalho (GUHUR, SILVA, 2021). De demasiada importância é nos organizarmos, em meio ao acirramento dessa exploração, para garantir, por meio da solidariedade de classe, as condições de vida da classe trabalhadora nos diversos territórios. Está na ordem do dia, portanto, lutar pela dignidade, pelo acesso à terra, pela alimentação, sobretudo nos territórios periféricos dos países periféricos. É preciso, simultaneamente, não perder de vista um horizonte de transformação social, sem a qual estaremos condenados a combater os sintomas mórbidos do modo de produção capitalista (LUXEMBURG, 1900) .

Nessa direção, a Agroecologia se apresenta como uma ferramenta de enfrentamento às contradições do modo de produção capitalista, no qual a degradação da natureza e do trabalhador são condições para a acumulação de capital. Práxis que resulta das necessidades impostas pelo próprio capitalismo, ela também nos remete aos processos de resistência dos povos anteriores à consolidação desse modelo (GUHUR, SILVA, 2021). Dessa maneira, a Agroecologia é uma sistematização em constante movimento entre os saberes passados e



presentes, que deve ser disputada a favor da transformação social e ser utilizada como uma ferramenta popular para potencializar a organização popular.

Ao compreender a Agroecologia para além de um método cujo enfoque é a matriz produtiva, emerge, imperativamente, a reflexão sobre as relações sociais em nosso tempo histórico. Afinal, é imprescindível debater um novo metabolismo social lançando luz, também, sobre os sujeitos que o constroem (GUHUR, SILVA, 2021). São as pessoas, ainda que forjadas na sociabilidade capitalista, que construirão, a partir das mais diversas formas de (re)organizar a vida e os territórios comuns, a possibilidade da transição agroecológica. Urge nos aprofundarmos sobre o âmbito da construção da saúde do nosso povo, estreitamente ligada ao modo que nos relacionamos. É preciso que nos perguntemos como construir um novo modo de relação que semeie e sustente um projeto de sociedade e um modelo produtivo que tenha na Agroecologia um pilar imprescindível. Nesse sentido, passamos a dizer com mais firmeza que não se constrói Agroecologia com relações doentes. A Agroecologia, portanto, nos remete a uma concepção sistêmica da *relação* entre seres vivos e bens da natureza que viceja das dimensões cultural e política. Estas, aspectos que jamais podem ser ofuscados por uma técnica que aspira à neutralidade ou à conciliação com um modelo produtivo capitalista, patriarcal e racista.

Ao pensar a saúde como um resultado das condições materiais de vida dos sujeitos, entende-se que ela, por sua vez, se relaciona diretamente a esse modo de produção. As formas de se pensar e fazer saúde não se mostram imunes às demandas conjunturais e ao tempo histórico nos quais vem sendo forjados (TAMBELLINI; MIRANDA, 2021). Da ausência de doenças à suas definições mais ampliadas, elas se moldam na constante batalha de ideias, essa parte indispensável da luta de classes. Em uma perspectiva ampliada, entende-se que a saúde é construída a partir do fortalecimento de práticas e saberes populares, trazendo a luta social enquanto combustível e ferramenta para a promoção de saúde para toda a população (CORREIA; BANDEIRA, 2022). No contexto atual, a influência neoliberal cessa com diversas políticas que subsidiam a saúde pública, sucateando o acesso da população a garantias constitucionais e favorecendo as privatizações. Busca, também, tratar como um resquício incômodo do passado os modos populares de saber e fazer saúde. Contrapondo-se a isso, encontramos a resistência secular dos povos da terra para a perpetuação de seus saberes, sem a qual não teríamos acesso a conceitos e práticas mais ampliadas e contra hegemônicas.

A saúde popular, à medida que se afirma como uma ferramenta de promoção da autonomia e da capacidade de sustentar a luta dos movimentos sociais, ganha o interesse do capital. As constantes análises permitiram a conceitualização dos determinantes sociais da saúde, em que se leva em conta indicadores sociais como fatores fundamentais para a saúde. Dessa maneira, questões como acesso a moradia, alimentação, lazer e educação passam a ser levados em conta para o processo de análise (TAMBELLINI; MIRANDA, 2021). Tal fato torna-se de extrema importância pois, direciona-se também a criação de políticas públicas destinadas à



área. Destaca-se, assim, os princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS) que pregam a regionalização e hierarquização, a descentralização e comando único e a participação popular (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Propomos neste trabalho uma reflexão com o enfoque na aproximação entre a Saúde Popular e a Agroecologia, por meio de uma vivência Sem Terra: o Plantio Solidário. Este projeto foi criado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com organizações da classe trabalhadora. Assim como as concepções de Agroecologia e Saúde, o Plantio Solidário responde a um contexto histórico e político, a uma conjuntura. Proposto num momento de recrudescimento da fome e de aprofundamento da crise capitalista, as ações têm tomado forma na região da Zona da Mata Mineira. Os Plantios são ações de solidariedade de classe que visam plantar, colher e distribuir alimentos de maneira coletiva e agroecológica para famílias em vulnerabilidade da região. Se mostram, por isso, fundamentais em nossa conjuntura no sentido do combate aos impactos da fome. Os mutirões contam com a participação das famílias assistidas, voluntários e militantes de diversas organizações, sendo um ambiente frutífero para a troca e a construção de saberes entre distintos territórios e construção de realidades. Consideramos que essas ações têm caráter formativo, cultural, político, partindo dos referenciais da Agroecologia e da Educação Popular e impactando diretamente a vida dos envolvidos. No que tange à saúde, para além do contato com a natureza e o consumo de alimentos saudáveis, destacamos o potencial de fortalecimento de relações de cooperação e a formação de redes que impactam diretamente na saúde num sentido amplo: a saúde enquanto a capacidade de lutar contra aquilo que nos oprime e mata.

Descrição da Experiência

O programa agrário do MST busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, construindo um novo metabolismo social como resultado da reorganização da produção e das relações sociais no campo e na cidade. Estes, devem ser utilizados em benefício de toda a humanidade. Entende-se que a terra, a água e todas as condições de vida, trabalho, educação e cultura da classe trabalhadora devem ser consideradas enquanto fatores determinantes da saúde (MST, 2014). Possuindo como horizonte a construção da saúde enquanto uma conquista coletiva, inserida em uma realidade histórica e material pode-se dizer que a mesma se consolida a partir das relações. Nesse aspecto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sempre vislumbrou a importância do cuidado com a saúde de seu povo e da sociedade. Para conquistar uma saúde para todos foi necessário incluir em seu campo de estudo e de luta a saúde popular e do campo, que possui um direcionamento próprio seguido pelo setor (CORREIA; BANDEIRA, 2022).

Por meio da produção agroecológica é possível contribuir para a saúde do meio ambiente e, conseqüentemente, de todos os seres vivos. Nisso reside sua ligação indiscutível com a saúde em sua forma mais ampliada. A saúde, portanto, é uma



conquista coletiva que resulta invariavelmente de relações de cuidado que produzem um ambiente saudável. Um exemplo desta concepção é o objetivo de produzir alimentos saudáveis para toda a população, livre de agrotóxicos, adubos químicos e, sobretudo, relações de exploração. A Reforma Agrária Popular tem como objetivo beneficiar toda a sociedade, entendendo que, tal como a indissociabilidade entre o ser humano e a natureza, temos também a ligação intrínseca entre o campo e a cidade.

O MST constrói a resistência dos povos camponeses e continua sua luta na perspectiva da elevação do nível de consciência e nas práticas contra-hegemônicas que questionem os modelos impostos da criação e aproveitamento da doença pelo sistema capitalista, que busca assim dominar os sujeitos, seus territórios e vidas (CORREIA; BANDEIRA, 2022)

Atualmente, o Plantio Solidário mobiliza sete bairros periféricos de Juiz de Fora. Dentre eles, um território remanescente de Quilombo e um distrito rural. É em meio à potência desses encontros entre territórios que temos vivido e construído um verdadeiro “consórcio” entre territórios. Esse termo remete à metodologia Agroecológica de nossos mutirões e surge em meio à práxis do Plantio Solidário. Ao pensar em consorciação agrícola, consideramos um arranjo no qual as plantas se fortaleçam mutuamente. Dessa cooperação resulta um sistema mais biodiverso e, portanto, mais resiliente e saudável (CHRISTOFFOLI, 2021). Assim, entende-se que a saúde está radicalmente ligada a um projeto de sociedade, é coletiva, uma vez que irremediavelmente ligados ao macro e microambiente, sendo diretamente constituídos por eles e pelas relações que, a partir deles, se constroem.

Tais relações são, mais especificamente, relações de trabalho dos seres humanos sobre o meio ambiente. Durante as observações e vivências foi possível perceber de forma explícita o trabalho enquanto ferramenta humanizadora da existência. As relações de trabalho dignas em prol da luta social, em um processo de conscientização das causas e do povo, permitem a aproximação dos voluntários, despertando o sentimento de pertencimento e bem-estar. A luta por condições dignas e por cidadania tornam-se fatores que influenciam a saúde dos participantes.

Nesse sentido, diante das transformações que ocorrem na relação do ser humano e da natureza, emerge-se também as inúmeras possibilidades de transformação da realidade. Considerando o trabalho enquanto essencialmente humano, dotado de racionalidade e atribuído de sentido, faz-se, assim, uma relação constitutiva. O caráter coletivo também atribuído ao trabalho é determinado a partir da função social que lhe é atribuída.

Resultados

A experiência do Plantio Solidário aponta para uma concepção de saúde intrinsecamente relacionada à capacidade de lutar e nos organizarmos coletivamente, campo e cidade, trocando saberes em “consórcios de territórios” que



nos potencializam e educam. Contribui, assim, para a promoção da saúde em dois níveis. O primeiro é o das demandas ligadas à melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Paralelamente, em um segundo nível, contribui na demanda do fortalecimento da capacidade de organização popular, por meio da vivência de uma sociabilidade cooperativa, permeada pela solidariedade de classe e que prepara e forma nosso povo para a construção da transformação social.

Logo, pudemos ver emergir a saúde em ambos os níveis. No primeiro, ressaltamos o acesso a alimentos agroecológicos que são sistematicamente negados às populações periféricas e de baixa renda. Também observamos que o contato com a produção destes alimentos potencializa a saúde, consistindo numa forma daqueles que têm seu direito à natureza negado nas margens das cidades poderem acessá-la. Por fim, no segundo nível, destacamos a promoção da saúde no sentido que nos é mais caro: saúde como a capacidade de lutar contra aquilo que nos oprime e mata. Esta, gerada a partir da conscientização e da criação de redes de relações mais solidárias, empáticas, emancipadoras e conscientes: relações de saúde.

A partir dessa experiência acreditamos que é possível dizer que o Plantio impacta na construção da capacidade de lutar contra aquilo que nos oprime e mata. Isso, que entendemos como saúde, se dá à medida que, pela expansão da vivência da organicidade do movimento, trocas de saberes e contato entre campo e cidade, se forjam relações que promovem a emancipação e a conscientização. A saúde se torna, então, explicitamente uma conquista coletiva à medida que a compreendemos como resultado dos modos de organizar a vida em uma determinada sociedade. Nesse sentido, consideramos essa experiência muito potente no fortalecimento de uma saúde verdadeiramente Popular, promovendo a autonomia e semeando, mesmo em meio às contradições do modo de produção capitalista, as relações que nos “descoisificam” e permitem imaginar e sustentar novos mundos possíveis.

Referências bibliográficas

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Cooperação agrícola. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

CORREIA, Ednaldo; BANDEIRA, Ludmila. **Caderno de Formação em Saúde Popular** n. 1 - Setor de Saúde. 1 ed. 2022.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou Revolução. **Social Reform or Revolution**. 1 ed. 1900. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf



MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde:** Estrutura, princípios e como funciona. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>

MST. **Programa Agrário do MST.** 2014.

SIMULA, Pertti. **Transformação das relações humanas e cooperação.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

TAMBELLINI, A. M. T. ; MIRANDA, A. C. Determinação Social da Saúde. *In:* DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.